

Quinta-feira, 13 de janeiro de 2011

O GLOBO

Eles se merecem

THOR HALVORSSSEN

Em novembro, o Terceiro Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas votou uma resolução abordando as execuções extrajudiciais. A resolução destaca determinados grupos historicamente sujeitos a execuções, incluindo crianças de ruas e defensores de direitos humanos. Nos últimos dez anos, a resolução incluiu também a orientação sexual como um dos motivos pelos quais alguns indivíduos tornam-se alvos de morte.

Entretanto, a pequena nação de Benin, do ocidente africano (em nome do Grupo Africano da ONU), propôs uma emenda para retirar as minorias sexuais da resolução. A emenda foi adotada com 79 votos a favor, 70 contrários, 17 abstenções e 26 ausentes.

Uma série de notórios violadores dos direitos humanos votou a favor da emenda, incluindo-se o Afeganistão, Cuba, o Irã (não foi Ahmadinejad quem disse que não havia gays no Irã?), a Rússia, o Sudão, Uganda.

Adicione-se aí Belize (onde ser gay dá dez anos de cadeia), Jamaica (dez anos de trabalhos forçados), Granada (10 anos), Guiana (pena de morte), São Cristóvão e Neves (10 anos) e Santa Lúcia (10 anos). Na América Latina, somente Cuba uniu-se aos países muçulmanos, africanos e afrocaribenhos. Para sua própria vergonha, a Colômbia esteve entre as 16 nações que se abstiveram. Isso mesmo aconteceu com muitas ilhas do Caribe que tanto se beneficiam do turismo gay.

Entre os contrários à emenda incluem-se todas as nações europeias presentes, todos os países escandinavos, a Índia, a Coreia do Sul, a maior parte dos países latino-americanos, toda a América do Norte e apenas um país do Oriente Médio: Israel.

A ONU tem fama de não fazer praticamente nada quando diante de assassinatos em massa ou genocídios. “Nunca de novo!” foi o grito após o holocausto. Desde então, o mundo tem presenciado dezenas de “nunca de novo”, com fortes condenações das Nações Unidas vindas depois de se amontoarem os cadáveres. Uma resolução do tipo da que foi votada na Assembleia Geral é significativa pela clareza da mensagem: “Podem matar os gays.”

Nem uma única nação africana votou contra a emenda, o que não surpreende. O homossexualismo é ilegal na maior parte da África. A morte extrajudicial de gays e lésbicas em virtude de suas condutas privadas censuradas é tão aceitável que um desses países, Uganda, está considerando introduzir uma lei tornando a homossexualidade (somente ser gay, não o comportamento homossexual) crime cuja punição é a pena de morte.

Uganda não é uma nação muçulmana. É um país cristão. E foram os pastores evangélicos americanos de Uganda que botaram lenha na fogueira do que poderia se tornar execuções em massa. Tive a oportunidade de me encontrar com uma das corajosas pessoas no combate aos potenciais homicídios em massa em Uganda. Seu nome é Kasha Jacqueline, e ela foi uma das apresentadoras do Oslo Freedom Forum deste ano.

Chegando à Noruega, ela foi abordada por membros de uma das organizações de defesa de gays e lésbicas de Oslo, que lhe recomendaram não falar no Oslo Freedom Forum porque eles discordavam da nossa inclusão de vários palestrantes que eram críticos ferrenhos de ditaduras de esquerda. Lamentavelmente, alguns em Oslo acreditam que apenas quem é de esquerda pode se autoproclamar defensor dos direitos humanos. Suas incoerências normalmente se manifestam quando ignoram os crimes cometidos pelos governos que eles apoiam (como quando eles ignoram os presos políticos de Fidel Castro ou de Hugo Chávez).

Apenas alguns dias depois, a inclusão de Kasha Jacqueline no programa do Oslo Freedom Forum foi um dos motivos da reprovação de um ativista pró-vida americano. A ironia era gritante por tratar-se de alguém que devota sua vida ao que ele considera que é parar os assassinatos “em massa” de bebês, e que ao mesmo tempo condena um evento por incluir uma pessoa que quer parar os assassinatos “em massa” de gays e lésbicas.

Tal esquerda, querido leitor, qual direita. Elas se merecem.

THOR HALVORSSSEN é presidente da Human Rights Foundation, de Nova York.

O GLOBO NA INTERNET
OPINIÃO Leia mais artigos
oglobo.com.br/opiniao

VERISSIMO Não deu

cores e símbolos — embora muita gente morra por apenas cores e símbolos. Amamos os jogadores, o time? Mas o time é provisório, é mesmo o que há de mais transitório e fugaz nesse estranho relacionamento. O que amamos, então, é uma abstração, uma ilusão de continuidade mesmo que o time seja sempre outro. Um ideal romântico. O amor por um time é o último exemplo de romantismo puro do mundo.

O problema na relação da torcida com o jogador é este: a torcida ainda vive no século dezenove, os jogadores vivem na era do realismo prático. O jogador ideal da torcida é o que se forma no clube, sobre das divisões de base para o time titular como grande revelação, recebe propostas fabulosas para mudar de ti-

me mas mantém-se fiel à camiseta. Enfim, não trai a pátria. Um perfeito herói romântico. Claro que o ideal é frágil e os torcedores já se resignaram aos novos tempos de empresários sem fronteiras, negócios sem limites e jogadores sem espírito de torcedor, mas vez que outra assoma o romantismo. O retorno do Ronaldinho ao Grêmio, de onde saiu mal há dez anos — se tudo acontecesse como o Grêmio queria —, seria um triunfo de folhetim à antiga. Um filho do clube voltando perdoado e (se ainda jogasse metade do que jogava no seu auge) levando o time a novas grandes conquistas resgataria o romantismo de um mundo tornado cínico e sem grandeza. Infelizmente — inclusive para a literatura — não deu certo.

Tiros do passado

GLAUCIO SOARES

Cominei com Lucia passar o Ano Novo em Copacabana. Fui buscá-la em Santa Teresa. Antes de descer as escadas, chamei. Nada. Bati na porta e chamei outra vez. Nada. A porta estava aberta, Lucia, como sempre, destemida até a irresponsabilidade, não fechava portas. Entrei chamando e nada. Até que ouvi um soluçar. Entrei no quarto e a encontrei, em posição fetal, dentro do armário.

Os traumas que provocaram essa reação começaram décadas antes. Lucia cresceu no interior de Minas. Com ascendentes indígenas, tinha uma aparência meio índia, que lhe seria útil anos mais tarde. Era politizada, mas a politização não veio através da política estudantil, e sim do contato com camponeses e operários analfabetos, aos treze anos de idade. Depois, deu aulas no ginásio, foi líder estudantil e entrou em contato com as ideias revolucionárias em voga na época. A devoção de Lucia já se anunciara: “A única coisa que eu fazia era ler e trabalhar.” Na visão dela, o golpe de 64, reprimiu, primeiro, os camponeses e, a partir de 1967, o operariado. “E eu, como dava aula para os camponeses, já sabia de coisas bárbaras que a polícia fazia. Tortura, tortura coletiva, coisas assim.”

Lucia foi entregue pelo pai. A polícia o procurou, afirmando que ela estava envolvida com um grupo de “subversão” do Rio de Janeiro: “Convenceram meu pai, pessoa muito ingênua. E meu pai, enganado, levou a polícia onde eu estava. Ele entrou quando eu estava conversando com os militares, e disse: ‘Menina fala aí toda a verdade, não adianta esconder; eles já sabem de tudo. Cuspi na cara dele, ele me deu um tapa, eu avancei, eles me seguraram etc. E me levaram para Belo Horizonte... e eu perdi o contato com a família. Depois eu vim a saber que meu pai me procurou muito, mas nunca me encontrou. E ficou muito amargurado de não ter me achado.’”

Só podemos imaginar a dor deste pai que, enganado, entregou a própria filha e nunca mais a viu. Pior: a filha passou anos sem saber disso, achando que o pai não a amava. “Só vim a saber muitos anos depois, quando ele morreu.”

Lucia foi levada para Juiz de Fora, naquele tempo uma das portas para o inferno. “Foi [onde]... a coisa ficou mais séria, era mais... tortura... eles me levaram para uma sala, e aí mesmo, essa noite, eles me curramam. Cinco pessoas. Foi a primeira tortura. E também meu primeiro contato sexual.”

Lucia vê o estupro “como mais uma violência... Como eles já tinham me batido a tarde inteira, a curra foi mais uma



André Mello

violência. Eu fiquei muito mal porque nunca tinha tido relação sexual e a coisa [foi] violenta, eu fiquei sangrando. Me levaram para outro lugar [onde] fiquei presa uns 4, 5 dias, até me pegarem de novo para torturar.”

O pior estava por vir. Lucia descreve: “O estupro [em Juiz de Fora] era mais porque [eu] era uma menina bonita, que todo mundo sabia que era virgem e tal.” A tortura transformou Lucia em militante revolucionária: “Quando saí... já era a ideologia ambulante, só iria vencer essa guerra quem lutasse, era a favor da luta armada...”

Não obstante, volta e meia ela era solta e presa outra vez, e usualmente remetida para Juiz de Fora. E torturavam mais: “Qualquer prisão servia para me bater: com toalha, cassetete, pau, pedra, mas não tinham chegado ao nível de sofisticação, por exemplo, de choque elétrico, que eu só fui conhecer muito mais tarde, nem de enfiar coisas. Mas, volta e meia, me comiam.”

Reencontrei Lucia anos depois. Ela andava, totalmente trôpega, numa superquadra do Eixinho, em Brasília. Tentou me afastar: “Não fala comigo. Acabo de ser solta e eles devem estar me seguindo.” Mas eu não poderia me olhar no espelho se não o fizesse. Logo que pudemos, entramos num barzinho e conversamos. Estava coberta de marcas de tortura; tinha sido presa e torturada outras vezes no Rio e em Brasília.

Foi feito um mutirão de pessoas que não se conheciam para que Lucia

saisse do Brasil. Arranjei para que um amigo pesquisador que estava em Caracas a recebesse. Porém, graças ao que viu e sofreu, Lucia, se tornara uma militante. Pouco tempo depois entrou em contato com uma incipiente (e radical) organização revolucionária local, RU. E saiu da casa do meu amigo para não comprometê-lo.

Cedo foi protagonista de um acontecimento tragicômico. A organização reclamava da escassez de armas. Lucia perguntou se tinham mulheres bonitas. Tinham. Observaram as guaritas, e agiram. Caracas amanheceu com guaritas com soldados sem calças, sem cuecas... e sem armas.

Outro episódio inesquecível de que Lucia foi protagonista também teve a ver com armas e guaritas policiais. Vinha de ônibus pelo altiplano, vestida de índia e carregando um saco cheio de armas. Ao lado, uma índia velha e descalça. Nenhuma conversa, mas a índia “auscultou” o sacos...

lão de Lucia com os pés. Chegam a uma guarita e um policial sobe e ordena, grosseiramente, todos para fora do ônibus. Todos obedecem, sem palavras. Fora, se dirige para Lucia, que astutamente fala com a velha o que foneticamente parecia quéchua, idioma do qual não sabia uma só palavra. Felizmente para ela, o policial também não. A índia velha lhe respondeu. Os policiais desistiram dela e levaram o ônibus, deixando a pé. A velha índia colocou comida sobre as armas. Se afastaram e nunca mais se viram.

A tortura transformou Lucia em militante revolucionária

Intolerância e preconceito

ORANI JOÃO TEMPESTA

O tema escolhido para o Dia Mundial da Paz deste ano foi “liberdade religiosa, caminho para a paz”. Tema atualíssimo em todas as regiões do planeta. As intolerâncias religiosas se multiplicam, causando violência devido à falta de liberdade de culto.

A mensagem do santo padre Bento XVI para esse dia nos foi apresentada como uma luz forte a iluminar o nosso caminho no ano da graça de 2011.

É incrível como ainda hoje ocorrem atentados e mortes por causa da

fé e, mesmo onde aparentemente não há derramamento de sangue, os preconceitos estão nos filmes, livros, reportagens, ditos populares, opiniões diversas que tendem a classificar como secundária na sociedade uma pessoa que professa uma fé.

Nenhum poder humano seja ele estatal, de grupos autônomos ou mesmo outra pessoa pode impossibilitar a alguém o exercício da liberdade de manifestar e confessar sua crença, origem e fundamento da liberdade moral. A liberdade se explicita no exercício do próprio direito, no respeito ao direito alheio e no objetivo

do bem comum.

A liberdade religiosa não se entende como patrimônio exclusivo dos que têm fé. Antes, é elemento imprescindível a um estado de direito. Abrange o direito dos crentes e não crentes, no respeito mútuo à liberdade pessoal e na aspiração do bem do grupo social.

Não se pode aceitar, contudo, uma instrumentalização da liberdade religiosa para mascarar interesses partidários e subversão da ordem a que levam o fanatismo religioso e o fundamentalismo com práticas incompatíveis com o respeito à dignidade

humana ou que se tentam impor pela violência.

A liberdade religiosa se contém no conceito da laicidade do Estado, isto é, na garantia da lei sobre o direito de vivência na fé e de sua expressão no culto e na cultura. A mensagem do Papa conclui com um convite para que a sociedade atual, com ênfase na juventude, principal preocupação de nosso coração de pastor, encontre na fé uma referência estável na conquista da liberdade: “A Verdade vos libertará.”

ORANI JOÃO TEMPESTA é arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro.

GLAUCIO SOARES é sociólogo.